O MITO DA PARTICIPAÇÃO

Fernando Guilherme Tenório*

1. Participação global; 2. Mitologia participativa: 3. Saber ouvir.

1. *Participação global*

Nos últimos anos algumas expressões como "discurso", "estratégia", "postura" e quejandos passaram a fazer parte do linguajar cotidiano; não usar estas expressões é não estar "inserido no contexto". O uso da palavra postura chega a ser hilariante; em determinados ambientes o seu significado pode ser o de galinhas pondo ovos, e não uma maneira de pensar. Esses modismos têm invadido todos os lugares e muitas vezes são usados por pessoas que sequer têm consciência do que estão dizendo. O uso da palavra participação não foge à regra.

Por outro lado, a vulgarização de determinadas palavras ocorre não só por modismos como também por mimetismo, na medida em que algumas pessoas fantasiadas de "povo" ou de "comunidade" tentam destilar o seu conhecimento de classe média na linguagem dos "carentes", que é outra forma distorcida de perceber a realidade. Ainda haverá situações em que pessoas, sem qualquer experiência, reproduzirão o que encontrarem nos livros de maneira tão charmosa que até convencerão, momentaneamente, o auditório. Tais pessoas, geralmente, usam o marxismo como referencial teórico, mas a sua práxis é "global"; falam em "luta de classes" antes ou depois do "horário nobre"; consomem o "saber popular" ouvindo a "som livre".

2. *Mitologia participativa*

Segundo o *Dicionário Oxford de literatura clássica*[1], a mitologia grega divide-se em três classes: "a) mitos propriamente ditos 'o resultado da atuação de uma imaginação ingênua sobre os fatos e experiência' (Rose, H. J. *Handbook of Greek Mythology);* (...) b) contos ou sagas incluindo um elemento histórico, tais como lendas sobre guerras e heróis, alterados gradualmente no processo de transmissão mediante o acréscimo de detalhes pitorescos e a omissão de detalhes prosaicos; (...) c) simples histórias de aventuras, concebidas apenas para entretenimento, versando assuntos naturais ou sobrenaturais."

A participação tem-se tornado um mito porque, semelhante à assembléia dos deuses "no solar de Zeus Olímpico", da *Odisséia* de Homero,[2] e lá que se vai discutir a sorte dos "heróis carentes de participação" ou onde se vai "resgatar a cidadania". É na assembléia, no grupo, no coletivo e outros assemelhados, que a participação vai ser ungida. Só que a ingenuidade é logo percebida na medida em que o "agente" se comporta por meio de uma simbologia desconhecida do "públi-

* Professor na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getulio Vargas. (Endereço do autor: Praia de Botafogo, 190/526-1 – 22.253 – Rio de Janeiro, RJ.)

[1] Harvey, Paul. *Dicionário Oxford de literatura clássica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987. p. 345.

[2] Homero. *Odisséia*. São Paulo, Abril Cultural, 1981. p. 12.

co-meta", simbologia configurada em linguagem: conceitos ou práticas que não correspondem ao cotidiano ou a necessidades vivenciadas pela comunidade que se deseja "emancipar".

Como o conhecimento é o conteúdo básico das relações sociais em um processo que busca a participação, essa simbologia, muitas vezes originada na educação formal adquirida pelo agente, vai de encontro ao saber da comunidade ou grupo envolvido. Isto pode ocorrer dentro de relações sociais nas quais os participantes detenham conhecimentos adquiridos sistematicamente ou não. No primeiro caso, o simbolismo vai estar nas diferentes linguagens criadas pelas distintas especialidades ou profissões; no outro, é a retórica do "doutor" falando para o "povo" e aqui se destaca a classe média, origem da grande maioria dos técnicos, reproduzindo valores burgueses e pequeno-burgueses para a "plebe".

Poderá até existir coincidência na percepção de problemas entre aquele que passou pelo processo de educação formal, no caso o agente, e aquele que não teve essa oportunidade; no entanto, a maneira de explicar o problema vai partir de bases diferentes e aí podem surgir relações de dominação. Essa dominação surge na linguagem utilizada pelo técnico que, pela sua simbologia, pode confundir as pessoas e correr o risco de repassar o seu conhecimento de forma autoritária.

Isto pode acontecer porque quem possui conhecimento ou informação detém poder, qualquer que seja a relação social. Pode ocorrer na relação professor-aluno; agente comunitário-cidadão; consultor-cliente, etc. toda relação entre os envolvidos, os dominantes e os dominados, os que pensam e decidem a partir de seus interesses e os que executam.

Por outro lado, qualquer que seja a relação social, haverá duas possibilidades no uso do conhecimento: uma é a dirigida, na qual alguém expõe o que é certo e errado; na outra, os saberes dos participantes são discutidos. Assim, numa relação social que se pretenda participativa, os conhecimentos devem ser convergentes. O saber de quem estudou deve ser utilizado como apoio às discussões, mas não como orientador primeiro da decisão. Numa relação coletiva o poder se dilui entre os participantes, já que o conhecimento e as informações são compartilhados, não existindo "donos da verdade".

O que se precisa entender é que participar é fazer política e esta depende das relações de poder percebidas. Que participar é uma prática social na qual os interlocutores detêm conhecimentos que, apesar de diferentes, devem ser integrados. Que o conhecimento não pertence somente a quem passou pelo processo de educação formal; ele é inerente a todo ser humano. Que se uma pessoa é capaz de pensar a sua experiência, ela também é capaz de produzir conhecimento. Que participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer "com" e não "para".

3. *Saber ouvir*

O objetivo central deste depoimento não foi discutir os modismos ou mimetismos contemporâneos, mas sim o uso e abuso do conceito de participação. As modas passam, o mimetismo em algumas pessoas chega a ser orgânico; no entanto, a participação deve ser uma conquista social visando uma sociedade mais democrática. Lamentavelmente, o desgaste do conceito tem sido tão grande que já se cunharam expressões pejorativas do tipo "basismo", "assembleísmo', participatite.

A razão desse desgaste parece estar na posição ingênua daqueles que, desejosos de implementar uma gestão participativa, qualquer que seja o seu campo de ação,

desenvolvem, na realidade, propostas estruturadas nos cânones burocráticos de gestão. É o caso, por exemplo, do chamado planejamento participativo quando da elaboração de projetos comunitários. O agente comunitário, que representa determinada instituição, já leva pronto para a comunidade o roteiro de como elaborar o projeto; o logotipo da organização "promotora" está impresso nos formulários e, em alguns casos, o nome do governo também consta; existirá casos em que um formulário de requerimento será utilizado para que a comunidade encaminhe o "processo"; também se pede o carimbo do "representante legal" da comunidade.

Quando a proposta é preparada dentro de organizações burocratizadas não se foge do padrão formal na hora de mobilizar os empregados. Nestes casos, as reuniões são realizadas com agenda previamente elaborada e segundo a estrutura hierárquica da instituição. O "agente de mudança" se coloca como um *expert* em mudança da cultura organizacional quando, na maioria das vezes, as alterações – ou seja, o comportamento esperado pela empresa – dependerão da sua política salarial, que é decorrente da estrutura sócio-econômica e política do país.

Portanto, quando alguém se propõe a promover ou apoiar ações que impliquem decisão coletiva, deve ter consciência de que o seu saber não terá qualquer utilidade se ele for colocado em uma "via de mão única". Ninguém é dono do conhecimento numa dinâmica na qual se busca a participação; o conhecimento deve ser instrumento de poder coletivo e não recurso autárquico de decisão. Por sua vez, o "agente" deve também ter claro que, desencadeado um processo participativo, ele não tem retorno. As relações sociais começarão a ser modificadas desde o momento em que se "peça" a palavra dos participantes; daí porque participar, antes de mais nada, é saber ouvir e estar preparado para escutar o NÃO.